

PREÇOS	ASSIGNATURAS
SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	10.400
Por seis mezes	5.600
Por tres mezes	3.600
Avulso por folha	4040
Anuncios, por linha	4060

A correspondencia official da capital de-
ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, e, de igual-
mente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberem dois exem-
plares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effectos de que trata o artigo 2.º da carta
de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se ha-
verem requerido por este ministerio o padre David
Tello da Silva, e D. Maria Amalia da Conceição
Tello, como tutora de seus filhos menores, o paga-
mento do que se ficara devendo a seu fallecido pae
e sogro, José da Silva Fernandes, como professor,
que foi, jubilado na cadeira de grammatica latina
em Prolonga a Nova.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIO NACIONAES

1.ª Repartição

Relação dos forcos que pediram remir forcos que pagam á
fazenda nacional, e que foram deferidos na semana pro-
xima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do de-
creto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o paga-
mento no prazo de trinta dias, contados das datas dos
respectivos despachos.

Emphyteuta Gonçalves Tormenta—fôro de meio
alqueire do azeite—despacho de 1 de maio de 1860.
Primeira repartição da direcção geral dos pro-
prios nacionaes, 8 de maio de 1860.—Antonio Jo-
aquim da Silva.

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852.

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,
COM APLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta
de lei se annuncia, que vão andar em praça os fôros
constantes da seguinte lista, para se proceder á
sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo
maior lance que se offerecer, devendo o seu paga-
mento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de
30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em
moeda metalica, e tres quartas partes em títulos de
divida fundada interna ou externa, pelo seu valor
nominal; sendo porém livre aos arrematantes paga-
rem em prestações, e nas mesmas especies do moeda,
entregando a primeira terça parte dentro do mesmo
prazo, e accitando letras pelas restantes, a um, dois
e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; fican-
do os mesmos arrematantes, no caso de falta, res-
ponsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda na-
cional da nova praça, a que os fôros serão levados,
bem como prohibidos de lançar n'elles; tudo em con-
formidade com a respectiva legislação, cuja obser-
vancia foi suscitada pela portaria do ministerio da
fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposi-
ções posteriores.

Lista 1719

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 14 DE JUNHO DE 1860

Fôros incorporados na fazenda nacional
que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º
do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DE BRAGA

CONCELHO DE VILLA VERDE

Comenda de Tavora

26919 Fôro de um alqueire e onze dezeses e
de milho, quinze trinta e dois avos de um alqueire
de trigo, imposto no terceiro casal da Martinga,
sita na freguezia de Aboim da Nobrega: praso em vidas.
Emphyteuta o abbade de Balonga—218916.

26920 Fôro de 371 1/2 réis, imposto na segunda
parte do casal da Pequena, sita na freguezia de
Aboim da Nobrega: praso em vidas. Emphyteuta
Francisco José Cerqueira—63496.

26921 Fôro de 86 1/2 réis, e um alqueire e vinte
e nove duzentos e cinquenta e seis avos de meado,
imposto no quarto casal do Barreiro, sita na fre-
guezia de Aboim da Nobrega: praso em vidas. Em-
phyteuta Francisco Luiz Antunes—108967.

26922 Fôro de 33 1/2 réis, e um alqueire e cento
vinte e cinco duzentos e cinquenta e seis avos de meado,
imposto no sexto casal do Outeiro, sita na fre-
guezia de Santa Maria de Aboim: praso em vidas.
Emphyteuta Manuel José Antunes Lobo da Costa
—135240.

26923 Fôro de 120 réis, e gallinha e meia, im-
posto no casal de Fonte Mulhe, sita na freguezia de
Santa Maria de Aboim: praso em vidas. Em-
phyteuta José Bernardes—58200.

26924 Fôro de cento e cinco cento vinte e oito
avos de um alqueire de meado, imposto no casal
das Barruqueiras, sita na freguezia de Santa Maria
de Aboim: praso em vidas. Emphyteuta Francisco
José Cerqueira—63966.

26925 Fôro de 159 1/2 réis, e gallinha e meia,
imposto no casal do Outeiro Pedroso, sita na fre-
guezia de Santa Maria de Aboim: praso em vidas.
Emphyteuta Antonio José de Lemos—58883.

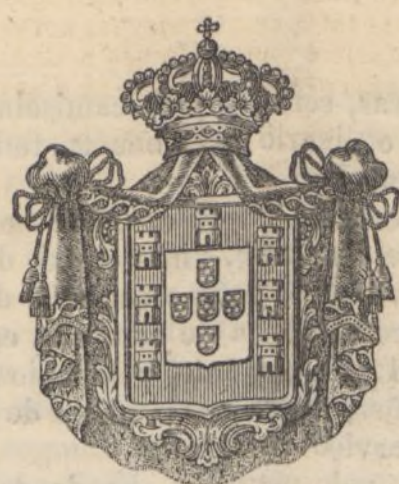
26926 Fôro de 7 1/2 réis, tres quartos de um ca-
brito ou 75 réis, e um alqueire e vinte e cinco trinta
e dois avos de meado, imposto no casal do Pião,
sita na freguezia de Santa Maria de Aboim: praso
em vidas. Emphyteuta Antonio José de Lemos—
165855.

26927 Fôro de 270 réis, e tres quartos de um
carneiro ou 225 réis, imposto no casal da Bempos-
ta, sita na freguezia de Santa Maria de Aboim:
praso em vidas. Emphyteuta Antonio Bernardes—
83662.

26928 Fôro de 180 réis, e tres oitavos de um
carneiro ou 120 réis, imposto no casal da Bempos-
ta, sita na freguezia de Santa Maria de Aboim:
praso em vidas. Emphyteuta Francisco Antunes—
58250.

26929 Fôro de 67 1/2 réis, e um alqueire e um
trinta e dois avos de meado, imposto no casal do
Barreiro, sita na freguezia de Santa Maria de Aboim:
praso em vidas. Emphyteuta João Manuel do Couto
—98947.

26930 Fôro de 488 1/2 réis, e tres quartos de um
carneiro, imposto no casal do Gandarella, sita na



ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA	
Por um anno	12.400
Por seis mezes	6.600
Por tres mezes	3.600

Comunicados e correspondencias,
por linha 4060

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou com-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dá destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

freguezia de Aboim da Nobrega: praso em vidas.
Emphyteuta Manuel José Vieira—135044.

26931 Fôro de tres quartas de um alqueire de
milho, imposto no quarto casal do Picão, sita na
freguezia de Aboim da Nobrega: praso em vidas.
Emphyteuta Manuel de Sousa—68825.

26932 Fôro de 429 1/2 réis, e tres quartos de um
carneiro ou 225 réis, imposto no primeiro casal da
Martinga, sita na freguezia de Aboim da Nobrega:
praso em vidas. Emphyteuta Joaquim Antonio Al-
ves—114558.

26933 Fôro de 137 1/2 réis, imposto no quinto
casal da Martinga, sita na freguezia de Aboim da
Nobrega: praso em vidas. Emphyteuta João Mar-
tins—23401.

Somma R.ª 1448340

Declara-se que os fôros estão todos reduzidos,
e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-
prios nacionaes, 2 de maio de 1860.—Antonio
Joaquim da Silva.

Lista 1720

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 16 DE JUNHO DE 1860

Fôros incorporados na fazenda nacional
que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º
do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DE BRAGA

CONCELHO DE VILLA VERDE

Inventário n.º 57

26934 Fôro de 667 1/2 réis, gallinha e meia, e
duzia e meia de bogas, imposto no casal do Outei-
ro, sita na freguezia de S. Julião de Parada do Bouro:
praso em vidas. Emphyteuta Domingos José
Francisco—183106.

26935 Fôro de 390 réis, imposto em proprieda-
des do casal do Outeiro, sitas na freguezia de S.
Julião de Parada do Bouro: praso em vidas. Em-
phyteuta Antonio José da Silva—108168.

26936 Fôro de 217 1/2 réis, tres quartos de uma
leitão, e tres quartos de um frangão, imposto em
propriedades do casal do Outeiro, sitas na fregue-
zia de S. Julião de Parada do Bouro: praso em vi-
das. Emphyteuta Francisco da Silva—108168.

26937 Fôro de 180 réis, imposto em uma tap-
agem do Assude para a azenha, situada na fregue-
zia de S. Julião de Parada do Bouro: praso em vi-
das. Emphyteuta Bento José Francisco—36150.

26938 Fôro de 345 réis, imposto no casal da Rua,
sita na freguezia de S. Julião de Parada do Bouro:
praso em vidas. Emphyteuta Custodia da Silva—
68037.

26939 Fôro de 123 1/2 réis, e frangão e meio ou
37 1/2 réis, imposto em uma casa e mais proprieda-
des, sitas na freguezia de S. Julião de Parada do
Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Fran-
cisco Vieira—28821.

26940 Fôro de 270 réis, e tres quartos de uma
gallinha, imposto em meio casal da Costa da Ruam,
sita na freguezia de S. Julião de Parada do Bouro:
praso em vidas. Emphyteuta Domingos José da
Rocha—73262.

26941 Fôro de 142 1/2 réis, e tres quartos de
uma gallinha, imposto em meio casal da Costa da
Ruam, sita na freguezia de S. Julião de Parada do
Bouro: praso em vidas. Emphyteuta José Maria da
Silva—58031.

26942 Fôro de 18215 réis, duas razas e uma
quarta de trigo, gallinha e meia, e tres quartas
de uma raza de castanha, imposto no casal do Pago,
sita na freguezia de S. Julião de Parada do Bouro:
praso em vidas. Emphyteuta Antonio Francisco—
628625.

26943 Fôro de 225 réis, tres oitavos de uma
marrrá, tres quartos de uma gallinha, e frangão e
meio, imposto em pertencas do casal do Paço, e
meio casal de S. Germil, sitas na freguezia de S.
Julião de Parada do Bouro: praso em vidas. Em-
phyteuta Luiz Manuel—238037.

26944 Fôro de 75 réis, e tres oitavos de uma
marrrá, imposto em meio casal de S. Germil, sita
na freguezia de S. Julião de Parada do Bouro:
praso em vidas. Emphyteuta Manuel Ribeiro—
158975.

26945 Fôro de 285 réis, imposto no casal da
Taifa ou Sustello, sita na freguezia de S. Julião de
Parada do Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Ma-
nuel da Costa—48987.

26946 Fôro de 116 1/2 réis, tres oitavos de uma
marrrá, tres quartos de um frangão, tres oitavos
de uma cabaca de vinho, e mais duas canadas e um
quartilho de vinho, imposto em meio casal de Nes-
preira, sita na freguezia de S. Julião de Parada do
Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco José
da Silva—205480.

26947 Fôro de 114 1/2 réis, tres oitavos de uma
marrrá, frangão e meio, e um quartilho e sete oit-
avos de vinho, imposto em meio casal de Nespreira,
sita na freguezia de S. Julião de Parada do Bouro:
praso em vidas. Emphyteuta Manuel Alves de
Pena—198182.

26948 Fôro de 90 réis, e gallinha e meia, im-
posto nos campos de Regueiros, sitas na freguezia
de S. Julião de Parada do Bouro: praso em vidas.
Emphyteuta Francisco Xavier da Silva e Sousa de
Barbosa—68650.

26949 Fôro de 90 réis, e gallinha e meia, im-
posto nas leiras dos Valles, sitas na freguezia de S.
Julião de Parada do Bouro: praso em vidas. Em-
phyteuta Antonio Antunes—68650.

Somma R.ª 2188986

Declara-se que os fôros estão todos reduzidos,
e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-
prios nacionaes, 2 de maio de 1860.—Antonio
Joaquim da Silva.

RECTIFICACÃO

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

Na lista de venda de fôros n.º 1712, publicada
no *Diario de Lisboa* n.º 100, de 2 do corrente mez,
verba n.º 26818, onde está=fôro de vinte e qua-
tro alqueires e tres quartas de cevada=leia se=

fôro de vinte e um alqueires e tres quartas de ce-
vada=.

nio Lopes, que foi commissario de mostraz; assim se
annuncia, em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, a fim de que quem se julgar com
direito aos referidos vencimentos o venha deduzir
dentro do praso de sessenta dias, contados da pu-
blicação do presente annuncio, findo o qual será re-
solvida a supradita pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 24
de agosto de 1848, haver requerido por este mini-
sterio Thereza de Jesus Lima Kucembuck o abono
dos vencimentos que se ficaram devendo a seu fi-
nado marido José Maria Kucembuck, que foi mest-
re de musica do regimento de infantaria n.º 2, a
fim de que, se houver quem se julgue com direito
aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro
do praso de sessenta dias, contados da publicação
do presente annuncio, findo o qual será resolvida
a mencionada pretensão.

Annuncia-se em conformidade da carta de lei de 2

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercício na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretário geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.^{mo} conselheiro visconde de Alagés, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu em audiência publica de 18 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.^o do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 9 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado, pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca de vinte e cinco recursos de recrutamento d'este anno abaixo relacionados:

Hei por bem denegar provimento nos mesmos recursos, por não aproveitar a vinte e tres dos recrutados a disposição do n.º 2.^o do artigo 8.^o da lei de 27 de julho de 1855, e aos outros dois, Lourenço, filho de João Climaco Cordeiro, da freguezia de S. Miguel de Poiares, e João, filho de José Xavier dos Santos, da freguezia de S. Vicente de Villarandello, em vista da regra primeira do artigo 13.^o da mesma lei, e por falta de fundamento legal quanto ao recurso do dito João Climaco Cordeiro.

Recurso n.º 70—recurso, Joaquim de Almeida, por seu filho Agostinho de Almeida, da freguezia de Magueja, conselho de Lamego, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 92—recurso, Antonio Nunes, por seu filho José Nunes, da freguezia de Parada de Guizões, conselho de Sabrosa, distrito de Villa Real.

Recurso n.º 103—recurso, Guionar Cabral, por seu filho Archânjo, da freguezia de Rendo, conselho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 104—recurso, José Martha, filho de outro, da freguezia de Mosella, conselho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 106—recurso, Diamantino Ferrão, por seu filho José, da freguezia das Aldeias, conselho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 107—recurso, Manuel Coutinho, por seu filho Manuel, da freguezia de Ritorito, conselho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 108—recurso, Domingos Ribeiro, por seu filho Luiz, da freguezia das Amoreiras, conselho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 111—recurso, Marianna dos Santos, por seu filho Antonio, da freguezia de Macaias, conselho de distrito da Guarda.

Recurso n.º 112—recurso, Euprazia Maria, por seu filho Manuel, do logar do Magal da Ribeira, conselho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 116—recurso, Gabriel Nunes, por seu filho Manuel, da freguezia de Soito, conselho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 118—recurso, Domingos Viegas, por seu filho Manuel, da freguezia de Soito, conselho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 120—recurso, Manuel da Silva, por seu filho Agostinho, da freguezia de Giraválhos, conselho de Coia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 123—recurso, José de Almeida Tavares, por seu filho Manuel, da freguezia de Sampaio, conselho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 126—recurso, Sabino Moxo, por seu filho Manuel, da freguezia de Treixedas, conselho de Pinhel, distrito da Guarda.

Recurso n.º 128—recurso, José da Cruz, filho de Francisco da Cruz, da freguezia de S. Sebastião de Cativello, conselho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 131—recurso, Gabriel Gonçalves, por seu filho José, da freguezia de Villares, conselho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 135—recurso, Luiz Branco Massa, por seu filho José, da freguezia de Santa Maria, do conselho de Mantegães, distrito da Guarda.

Recurso n.º 139—recurso, Francisco Gomes, filho de outro, da freguezia de Escallão, conselho de Figueira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda.

Recurso n.º 143—recurso, Maria Joaquina, por seu filho Francisco José Villana, da freguezia de Escallão, conselho de Figueira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda.

Recurso n.º 171—recurso, Antonio de Figueiredo, filho de José de Figueiredo, da freguezia do Ervedal, conselho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 175—recurso, Manuel Fernandes da Fonte, por seu filho José, da freguezia do Ervedal, conselho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 183—recurso, Justino Ferreira, por seu filho Francisco, da freguezia de Santo André, conselho de Poiares, distrito de Coimbra.

E os dois já referidos

Recurso n.º 94—recurso, João Climaco Cordeiro, por seu filho Lourenço, da freguezia de S. Miguel de Poiares, conselho de Peso da Regua, distrito de Villa Real.

N.º 96—recurso, José Xavier dos Santos, por seu filho João, da freguezia de S. Vicente de Villarandello, conselho de Val Passos, distrito de Villa Real.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de abril de 1860.

—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.^o da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confere com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 21 de abril de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Pereira de Passos.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercício na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretário geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.^{mo} conselheiro visconde de Alagés, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu em audiência publica de 18 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.^o do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 9 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento n.º 86, d'este anno, em que são recorrentes: 1.^o Maria Antonia, por seu filho Jeronymo; 2.^o José Antonio, por seu filho José; 3.^o Manuel José, por seu filho Manuel; 4.^o Manuel Lopes, por seu filho José; e 5.^o Joaquim Nunes, por seu filho Joaquim; todos do conselho da Certá, distrito de Castello Rodrigo.

Hei por bem, quanto á primeira recorrente Maria Antonia, dar provimento ao recurso, a fim de que seu filho Jeronymo fique isento do serviço militar, por lhe ser applicavel a disposição do n.º 2.^o do artigo 8.^o da lei de 27 de julho de 1855; e

quanto aos outros quatro recorrentes no mesmo recurso, denegar-lhes provimento por não aproveitar a seus filhos a citada disposição da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de abril de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.^o da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confere com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 21 de abril de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Pereira de Passos.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de João José Soares, recebedor interino que foi do conselho de Setúbal, desde 16 de setembro de 1850 até 21 de novembro do mesmo anno, se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o relatório fl. 15 d'este processo respectivo á liquidação e ajustamento da conta da responsabilidade de João José Soares, na qualidade de recebedor interino que fora do conselho de Setúbal, no periodo que decorreu desde 16 de setembro de 1850 até 21 de novembro do mesmo anno; visto o novo estado da conta fl. 9 e 10, donde se mostra importar o debito na somma de 233\$733 réis, e o credito em outra somma inteiramente igual; e ficar assim a conta plenamente balanceada, e saldada; vistos os documentos originaes fl. 7 e 8, e os mais que instruem o processo, e comprovam e legalizam o estado da conta alludido; e visto finalmente acharem-se satisfeitas todas as prescripções da lei, e estilo: julgam a presente conta curial e devidamente ajustada e comprovada, e o mencionado exactador quite e livre de responsabilidade para com a fazenda publica, em relação á sua gerência como recebedor interino que fora do conselho de Setúbal, no periodo expressado, de que se trata neste processo: e em tais termos julgam outrosim desembragados quaesquer valores que se hajam depositado, e extintas quaesquer fianças relativas a esta responsabilidade.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Albergaria, relator.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Margiuchi.—Lara.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Cetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio José Fragozo, na qualidade de sub-director da alfandega de Valença, desde o 1.^o de novembro de 1855 até 30 de junho de 1857, se proferiu o tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que, visto o processo de liquidação da conta da responsabilidade de Antonio José Fragozo, na qualidade de sub-director da alfandega de Valença desde o 1.^o de novembro de 1855 até 30 de junho de 1857, mostra-se da conta corrente fl. 2, importar o debito da mesma conta em 8:049\$830 réis; e o credito em outra igual quantia, na qual se comprehendem a de 7:339\$234 réis de entregas realizadas no cofre central do distrito de Vianna do Castello, como provam os recibos originaes de fl. 7 e 15; e a de 468\$790 réis, importancia de tomadas que foram distribuidas, como da demonstração n.º 4 a fl. 26; e a de 241\$806 réis, entrada tambem no cofre central do mesmo distrito em 14 de julho de 1857, como da copia do recibo fl. 27, junto no original á conta do seguinte anno economico de 1857 a 1858, da responsabilidade do mesmo exactador, para a qual passou em debito: mostra-se igualmente de fl. 31 que, tendo sido citado o responsável para responder sobre o resultado da liquidação da conta de que se trata neste processo, não compareceu no prazo legal a allegar cousa alguma contra a referida liquidação, com a qual se conformou o ministerio publico, a quem de tudo se deu vista: pelo que, e pelo mais que d'este processo consta, e em que foram preenchidas todas as formalidades legais, julgam a mesma conta devidamente processada, e declararam o referido Antonio José Fragozo quite para com a fazenda nacional, pela sua gerência de sub-director da alfandega de Valença, desde o 1.^o de novembro de 1855 até 30 de junho de 1857.

Lisboa, 13 de abril de 1860.—Lara, relator.—Albergaria.—Larcher.—Margiuchi.—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 23 de abril de 1860.—Cetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal de Torres Vedras, no anno de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o organograma da camara municipal de Torres Vedras para o anno de 1851 a 1852; attendendo ao disposto no n.º 2.^o do artigo 11.^o do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; e conformando-se com o relatório retro da direcção respectiva, e resposta fiscal; julgam o tribunal incompetente para conhecer d'este processo em primeira instancia. Lisboa, 27 de abril de 1860.—Dr. Nogueira Soares, relator.—Larcher.—Margiuchi.—Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 4 de maio de 1860.—Cetano Francisco Pereira Garcez.

No accordo do tribunal de contas, publicado no *Diário de Lisboa* n.º 105, de 8 do corrente mez, respectivo á conta da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, na qualidade de recebedor da 2.^a secção do bairro de Alfama, desde 7 de março até 30 de junho de 1855, a linhas 14 e 15, onde se lê —deixando a gerência—deve ler-se—durando a gerência.

CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de sessenta dias, contadas da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do logar de administrador da alfandega do Ambriz, na provincia de Angola, com o ordenado de 480\$000 réis e a percentagem, que se calcula em mais de 100\$000 réis, afóra os respectivos emolumentos, tudo em moeda provincial.

Os que pretenderem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida e de recenseamento e sorteamto a que se refere o artigo 54.^o da lei de 27 de julho de 1855, documentos com que proveem as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselho ultramarino, em 8 de maio de 1860.—João de Robredo, secretario.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, no dia 10 do corrente,

pelos onze horas, serafina para camisolos, cartuxos, e panno azul ordinario para bonets, tudo para consumo da armada.

O mesmo conselho ha de comprar no mesmo dia, pela uma hora da tarde, vinte cascos de vinho tinto, e seis de vinagre, para consumo da armada.

O mesmo conselho ha de comprar em hasta publica no dia 11 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, 36 peças de filelle de diversas cores, para o serviço da armada.

No dia 11, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica, na sala das suas sessões, o fornecimento, pelo tempo que se conveniar, do cocho em pão e em velas, para consumo da armada.

No dia 12 ha de o mesmo conselho comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, pelo meio dia, 150 barris estancos forrados, cada um dos quaes possa conter seis almudes de vinho, para uso da armada.

No dia 14 do corrente ha de o mesmo conselho, na sala das suas sessões, pelo meio dia, comprar em hasta publica 100 colchões e travesseiros de lá, para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 8 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 9 do corrente, para Cadiz, Mogador, Gran-Canarias e Tenerife, o vapor *Ana-zon*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás 11 horas, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás 11 horas e meia da manhã do dito dia.

Administração central do correio de Lisboa, 8 de maio de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Saabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 8 DE MAIO

PRESENCIA DO EX.^{mo} SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

A meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 81 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração: Do sr. Infante Pessanha, de que o sr. Pulido não comparece á sessão de hoje, e talvez a mais algumas, por motivo justificado.—Inteiramente.

CORRESPONDENCIA

1.^o Um officio do ministerio da marinha, acompanhando a substituição ao organograma d'esta repartição para o anno economico de 1860 a 1861.—A comissão de fazenda.

2.^o Do mesmo ministerio, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Arribas, da portaria dirigida ao governador geral de Cabo Verde, com a data de 14 de janeiro ultimo, n.º 11.—Para a secretaria.

3.^o Uma representação dos habitantes do conselho de Leiria, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A comissão de fazenda.

4.^o Dos habitantes do conselho de Fundão, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma comissão.

5.^o De muitos habitantes de Lisboa, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma comissão.

6.^o Da camara municipal de Peniche, pedindo que o seu conselho seja elevado a cabeça de comarca.—A comissão de estatística.

7.^o Da mesma camara municipal, pedindo que o seu conselho seja novamente annexado ao distrito de Lisboa.—A mesma comissão.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.^o Renovo dos requerimentos que fiz em 26 de março e 20 de abril, pedindo com urgencia ao governo, pelo ministerio do reino, que apresentasse a esta camara as contas da receita e despesa dos theatros de S. Carlos e D. Maria II, desde o começo da administração por conta do governo.—O deputado por Thomar, Antonio Eleutherio Dias da Silva.

2.^o Requeiro novamente que, pela secretaria da justiça, se remetam com urgencia, á comissão de estatística as representações das freguezias de Tres Minas, no conselho de Villa Pouca, de Populo, Pegarinhos e Santa Eugenia, no conselho de Alijó, em que pedem ser novamente annexadas ao conselho de Murça.—Relação.

3.^o Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio da marinha, para remetter a esta camara os officios do governador de S. Thomé, em que esta autoridade se justifica das accusações que pela imprensa lhe têm sido feitas, e bem assim as copias dos officios ou portarias que sobre o mesmo assumpto tiverem baixado do mesmo ministerio.

Camara dos deputados, 5 de maio de 1860.—Cochlo de Carvalho, deputado por Lagos.

4.^o Requeiro que o governo remetta a esta camara as representações que a camara de Albufeira e a junta de parochia e habitantes da freguezia de Boliqueime mandaram nos fins de 1855 ao governo, pedindo a annexação desta freguezia ao conselho de Albufeira.—Neutral.

5.^o Tendo a junta de parochia de Odeixeiros, no conselho de Lagos, distrito de Faro, representado em tempo sobre a criação de uma cadeira de instrução primaria na referida parochia, e constando-me que sobre esta pretensão se mandou consultar o respectivo governador civil:

Requeiro que o ministerio do reino informe: 1.^o a data de cada um dos officios (se mais de um se expediu), pelos quaes se fez a mencionada consulta; 2.^o copia do teor d'elle, se por ventura já chegou ao ministerio.—Bivar.

6.^o José Lopes Alvares, natural da povoação de Soutomaior, conselho de Sabrosa, comarca de Villa Real, falleceu em Cadiz, onde exerceu o commercio, e por um testamento solenne creou na aldeia do seu nascimento uma escola para meninas e outra para rapazes pobres, dotando as escolas com fundos suficientes para se pagar a mestres e mestras, e para se fornecerem vestuarios aos alumnos, creando ao mesmo tempo regulamentos para a execução das suas disposições testamentarias. Desde que o actual parochia d'aquella freguezia se ingiriu na administração d'aquelles fundos têm os pobres d'aquella freguezia sido privados d'aquella grande beneficio, e os fundos entregues a um simulacro de administração creada pelo parochia para pretexto do cumprimento das disposições testamentarias que se não têm executado. Pego portanto que pelo ministerio competente se ordene ao sr. governador civil de Villa Real, que com a maior urgencia sejam remetidas a esta camara a copia autentica do testamento que se acha no archivo, bem como das respectivas instrucções, acompanhado de um relatório dado pelo respectivo parochia, historiando desde a origem da escola até o presente, para á vista do estado actual se requerer o que julgar conveniente a bem do cumprimento d'aquelles testamento em beneficio dos interessados na sua execução.

Varias tentativas têm sido feitas para se penetrar o mysterio da contabilidade do reverendo parochio; porém sendo elle um agente eleitoral, tem conseguido que sejam illudidos todos os esforços para que o legado seja lealmente cumprido. Pego portanto que o governo faça positiva recommendação ao governador civil para que, com a maior brevidade, sejam remetidos os esclarecimentos acima requeridos sob pena de responsabilidade.

Sala das sessões, 4 de maio de 1860.—O deputado pelo círculo 44, Affonso Botelho de Sampaio. São remetidos ao governo.

Manda-se communicar ao governo o seguinte requerimento:

«Desejo que seja prevenido o sr. ministro das obras publicas, a fim de o interpellar sobre as causas e motivos que impedem que a companhia dos caminhos de ferro do sul abra á circulação o ramal do Pinhal Novo á cidade de Setúbal.»—Domingos Garcia Peres.

Tem segunda leitura uma proposta de lei do sr. ministro do reino alterando os artigos 142.^o, 143.^o, n.º 2.^o, e 216.^o do código administrativo.

E enviada á comissão de administração publica.

O sr. Presidente.—a grande deputação que a camara nomeou para ir cumprir o El-Rei por occasião da solemnidade do dia 29 de abril, que ficou transferida para hontem, cumpriu o seu dever, e na conformidade do estilo, e como presidente da camara recitou a allocução a Sua Magestade de que dá conta á camara, assim como da resposta que Sua Magestade se dignou dar.

(Leu tanto a allocução como a resposta de Sua Magestade, que já estão impressas no *Diário de Lisboa* do dia 8).

Tanto a allocução como a resposta de Sua Magestade, na conformidade do estilo da casa, hão de ser transcriptas na acta, declarando-se que a camara ouviu com o maior reconhecimento as palavras que o mesmo augusto senhor proferiu (muitos aploidos).

O sr. Albraches.—depois que fallou na ultima sessão, narrando alguns factos acontecidos na provincia de S. Thomé, e que pouco abonam a administração do governador Horta, saiu da camara e só voltou quando se entrou na ordem do dia, por isso é que não respondeu immediatamente aos srs. Cochlo de Carvalho, Palma, e Bivar, que fallaram em abono d'aquelle governador. Só no fim da sessão é que lhe constou que os srs. ex.^{as} tinham fallado no sentido que indicou, e pelo extracto da sessão viu que o sr. Palma o tinha censurado, dizendo ao sr. presidente que por bem da ordem não consentisse que nenhum deputado, abusando da sua posição, viesse á camara fazer accusações sem apresentar as provas e documentos.

Louva o procedimento dos illustres deputados, que por serem amigos do sr. Horta, pretendiam defendendo-o, ou attenuar a impressão que podiam ter causado as accusações que lhe fizera; porém não pôde deixar passar sem reparo a censura que o sr. Palma lhe dirigiu, censura que repelle, e repete hoje que ratifica tudo quanto disse na ultima sessão, e se acha publicado no *Diário de Lisboa*. Não retira nenhuma das suas asserções, porque tem a consciencia de que disse a verdade, e logo apontou os documentos em que se fundava, que eram as portarias do governador Horta, publicadas no *Boletim da Provincia*, e a portaria do mesmo governador transcripta na *Revolução de Setembro* n.º 5403, de 5 do corrente, além dos officios que devem existir na secretaria da marinha; e hoje acrescenta, que a correspondencia que o sr. Horta mandou publicar no *Portuguez* n.º 2107, é o documento que mais prova a parcialidade d'aquelle governador, em relação ao procedimento que teve suspendendo o delegado de dr. Benjamin.

Elle, orador, não disse que o governador não era intelligente, nem duvidou da sua probidade em relação ao seu passado; nisto está de accordo com os srs. deputados que fallaram a favor do sr. Horta; sabe mesmo, que na qualidade de administrador de conselho, o sr. Horta desempenhou bem o seu cargo; mas o que diz, é que esse passado do sr. Horta de nada serviu, e que elle é um mau governador. Um individuo pôde ter sido um optimo administrador de conselho, e ser depois um pessimo governador. É isto o que acontece com o sr. Horta, e com muitos governadores do ultramar, porque infelizmente se não tem cumprido o artigo 4.^o do decreto de 7 de dezembro de 1836, que diz que a escolha para o cargo de governador das nossas provincias ultramarinas deverá recair sempre em individuo, que tenha tido experiencia de negocios, por pratica adquirida em alguma das carreiras de administração publica. Está o sr. Horta neste caso? Parece-lhe que não.

O sr. deputado Palma, quer documentos. Pois, elle, orador, não citou a portaria que exonou o delegado de S. Thomé? Não citou a portaria do ministerio da marinha de 16 de janeiro de 1860, que não foi cumprida pelo governador, ficando ainda os padres privados de se recolherem ás suas casas?

Não citou as portarias do governador, que cream o tributo de sangue, e tiraram attribuições á junta da fazenda? Não foram essas portarias publicadas no *Boletim de S. Thomé*, como já declarou na ultima sessão?

O sr. Presidente.—não pôde deixar de notar ao illustre deputado o perigo e o terreno escorregadio em que se colloca vindo referir-se a autoridades, e fazendo-lhes arguições fundadas em correspondencias particulares (aploidos). Não pôde deixar de fazer esta observação a bem da ordem; porque quando se quer accusar um empregado que está ausente, deve esperar-se pela presença do governo.

O Orador.—não concorda com s. ex.^a o sr. presidente, achando que é necessaria a presença do governo para responder ao sr. Palma, que duvidou das accusações por elle, orador, apresentadas, dizendo que eram desacompanhadas de documentos, quando na ultima sessão o mencionou, e de novo hoje se refere ao seu ultimo discurso; no entantanto, como já respondeu ao que convinha, não prosegue neste incidente, pedindo á camara que tambem suspenda o seu juizo, até que o governo mande os documentos que tambem vai pedir nos requerimentos que manda para a mesa, e que de so bojo hão de fazer convencer a todos, que não avanço senão a verdade, e que está prompto a responder por tudo quanto disse, e ratifica.

O sr. Palma.—manda para a mesa um requerimento, para que seja publicada no *Diário de Lisboa* a correspondencia que tem havido entre o governador de S. Thomé e Principe e o governo.

O sr. Mendes de Vasconcellos.—manda para a mesa um requerimento assignado por vinte senhoras pensionistas do monte pio militar, renovando um outro que já fizeram ás cortes, pedindo o melhoramento de suas pensões, ou a restituição das mesmas, que por decreto de 23 de agosto de 1843 lhes foram tiradas.

O citado decreto funda-se em que os escasos meios do thesouro não permitiam n'aquella epocha o pagamento em dia das pensões por inteiro.

Ora este fundamento deve ter caducado, se attendemos ao grande numero de pensões que têm sido concedidas depois.

Além d'isto, estes encargos do monte pio não são propriamente pensões do estado, graça ou favor! São, como todos sabemos, o cumprimento de um contracto, o pagamento de uma divida, um direito comprado á custa de grandes sacrificios! Roga pois ao sr. presidente queira dar a este requerimento o destino que

julgar mais conducente ao justo fim a que elle se propõe; lembrando-se a camara, e a illustre comissão, a que elle houver de ser remettido; que muitas das signatarias d'este requerimento são obrigadas a esmolar em quanto as cortes lhes não fizerem justiça, e que estas infelizes sem protecção nem apoio, vem reclamar dos representantes do povo um bocadinho de pão, que na sua humilde opinião lhes deve ser restituído, e o governo de certo lhes restituirá se o habilitarmos a praticar esse acto de palpitante justiça.

O sr. D. José de Alarcão.—tendo-se distribuido o parecer da comissão de poderes sobre a capacidade eleitoral do sr. Siervo Meneses, e necessitando para essa discussão dos documentos que pediu ao governo, insta pela sua remessa, visto não terem vindo ainda.

O sr. Pinheiro Osorio.—pede a palavra a fim de mandar para a mesa uma representação da camara municipal de Lamego, em que pede a feitura da estrada d'esta cidade á de Vizeu.

De passagem nota, que a parte do districto administrativo de Vizeu que comprehende o conselho de Lamego, e os que a este se seguem até ali, têm sido até hoje uma das localidades mais descuradas e mais esquecidas d'este paiz pelos seus governos, (aploidos) e por isso é mais um motivo para ser considerada e attendida em suas justas aspirações aos melhoramentos materiaes, e está convencido que attentas estas e outras razões ha de esta camara fazer a justiça devida.

Faz parte do contrato Langlois a construção da estrada de Trancoso ao Douro por Lamego, e apear de conhecer a grande vantagem que provem aquelle paiz de uma tal obra, entende que isso não basta, e que a estrada de Lamego a Vizeu é altamente reclamada não só por todos os interesses commerciaes, mas alem d'isso por considerações de outra ordem, bastando lembrar á camara que Vizeu e Lamego são as duas principais povoações do districto administrativo de Vizeu, e que estão quasi communicaveis entre si. Isto não pôde, não deve continuar assim, e é preciso que aquellas terras gozem dos fructos e melhoramentos da moderna civilização.

Ha já bastante tempo que pediu se lhe concedesse a palavra quando estivesse presente o sr. ministro

Chegou a publicar-se a carta de lei de 22 de junho de 1846, e prevalecendo os interesses do fisco, contra, diria, a justiça dos foros, ficaram estes em taes circumstancias que agora se lhes pedem para ser pagos integralmente todos os foros em divida. Que pagos integramente todos os foros em divida, a milhares d'este modo dava-se a morte, pela fome, a milhares de familias, cuja totalidade de bens não chega para o pagamento integral, e por uma vez de todos os foros em divida. O governo não era culpado, nem elle o accusa; mas a humanidade pede que o governo, na esphera das suas attribuições, melhore, quanto ser possa, a sorte infeliz dos povos e que julgando como deve da importancia do assumpto alem das providencias que pode, sem offensa da lei, ordenar, proponha qualquer medida legislativa para as cortes tomarem em consideração objecto de tanta magnitude, e que pode decidir da sorte de milhares de familias que gemem na desgraça.

O sr. *Ministro da Fazenda* (Casal Ribeiro):—não é culpa do governo que se demorasse tanto a interpretação que se deu ao decreto de 13 de agosto de 1832; o facto é que por aquelle decreto todos os foros á fazenda nacional estavam isentos do pagamento de seus foros, e a lei de 22 de julho de 1846 entendeu de uma maneira diversa a legislação de 1832; mas o governo não pôde deixar de promover a cobrança dos rendimentos publicos; é do seu dever fazê-lo, porque se o não fizesse não podia attender ás despesas publicas, porque estes foros constituem divida do estado; mas o governo pôde adoptar o expediente do pagamento em prestações, ou outro qualquer que torne mais suave o mesmo pagamento, mas não pôde deixar de promover a sua cobrança autorizada pela lei.

O sr. *Ferreira*:—não teve a honra de ser eleito para a commissão de foros, mas depois os seus nobres collegas tiveram a bondade de pedir que fizesse parte d'ella, e por consequencia cumpre-lhe dizer, que na commissão ha alguns trabalhos a este respeito; e elle tencionava d'entro em poucos dias apresentar um projecto de reforma á lei de 22 de junho na parte que é possível reformar, porque infelizmente n'esta lei foram radiados direitos que já não podem hoje ser revogados: ha pontos que merecem de necessidade ser alterados, explicados, modificados, e muitos até derogados inteiramente. A distincção entre direitos por título generico e título especial é hoje incontestavel á face do conhecimento da materia sujeita: a questão das rapções em que tem havido sentenças pro e contra; é necessário ser decidida por uma vez; e por estas breves considerações vê-se a necessidade que ha de uma lei que reforme e acabe com milhares de questões que estão hoje affligindo os povos; e o sr. ministro da fazenda respondeu muito bem quando disse que não podia suspender a execução de uma lei por um acto do poder executivo; mas elle, orador, na proposta que tencionava apresentar, ha de estabelecer uma moratoria com relação ao pagamento dos foros, ficando assim satisfeitos os desejos do illustre deputado que promoveu este incidente.

O sr. *Ferreira* *Seco*:—tendo n'esta causa renovado a iniciativa de dois projectos de lei, um acerca de se conceder á camara municipal de Monte-mór o Velho do castello respectivo; e outro sobre o modo de prover nas faltas e impedimentos dos tabellães e escriptães de direito e ordinarios; sendo o primeiro remetido á commissão de administração publica, e o 2.º á de legislação; se se não enganar, até hoje não tem apparecido os pareceres respectivos; pelo que convida por este modo os membros d'estas commissões a dar expediente a semelhantes objectos, servindo-se assim de um meio usado, em casos identicos, para chamar a attenção das commissões.

Por esta occasião não pôde deixar de notar, mas sem animo de censura, o pouco que as commissões têm trabalhado, como se prova mesmo dos poucos projectos que d'ellas tem saído e ha publicados, o que não faz honra á camara, nem está nos interesses dos povos.

Renova também os pedidos do esclarecimento feitos na sessão passada, e já na actual, que estão ainda por satisfazer; e com quanto reconheça que a respeito de alguns não haja muito agrado em os dar, mais cumpre satisfazê-los, para se mostrar que o governo não é arbitrário na fixação de ordenados e gratificações, nem também excessivo e desigual. Manda, pois, para a mesa as notas respectivas, renovando estes requerimentos.

Observando que o sr. ministro das obras publicas se não dá por prompto para responder ás interpeleções que lhe tem annunciado, nem mesmo vem a horas de ouvir o que, por modo do lembrança, se lhe pôde dizer na camara antes da ordem do dia, não faltaria elle, sr. deputado, pela sua parte ao que deve aos seus constituintes, deixando de fazer ouvir a sua voz no que é de interesse d'elles.

Por isso deliberou fallar hoje sobre a falta de execução dada pelo governo á lei de 12 de agosto de 1836.

Foi necessario que a junta administrativa do campo e obras do Mondego representasse ao governo sobre os deveres que a lei lhe impunha, de mandar elle proprio proceder ao levantamento da planta, e nivelamentos e mais estudos necessários, para sobre elles basar o plano e systema geral de obras; até que a final lhe consta estar levantada essa planta e nivelamentos.

Mas apesar das grandiosas quantias que tem custado, falta ainda o principal, que é o plano das obras! E diz grandiosas quantias, porque do orçamento apresentado no actual anno, capital 7.º, artigo 13.º, secções 1.ª e 2.ª se vê que ellas são orçadas em 6:687:520 réis, que multiplicadas por tantos annos, como são aquelles que decorrem do começo dos trabalhos até hoje, dão o verdadeiro preço d'esses trabalhos; preço dispendido em gratificações, ajudas de custo, melhorias de soldo, forragens, bagageiras, e outras varias despesas, com que se distrahe grande parte das verbas com destino a obras publicas!

O governo, ou melhor o sr. director geral respondeu ás representações da junta, o que é constante dos seus officios n.º 157 de 17 de agosto, e 173 de 12 de setembro, em que dizia que se continuava nos trabalhos respectivos; e em quanto aos do plano geral das obras ficavam elles a cargo do director d'ellas. Porém esta resposta está em contradicção com o artigo 25.º da lei, que ordena que o governo nomeasse um engenheiro especial para esse plano geral; e alem d'isso é pouco curial, porque tira os planos do systema geral das mãos dos que fizeram os trabalhos preliminares, e tinham habilitações hydrographicas, e por isso eram os únicos competentes para os confeccionar.

Mas, pondo de parte todas as questões de legalidade, e de competência referida, só pede ao governo que faça justiça e dê execução á lei, como é do seu dever.

Em quanto aos pastos communs tão pouco a propósito sustentados pela lei de 12 de agosto, tem respeito ao direito antigo, que os limitava ao direito de visinhança, e a certas especies de gado, banindo o caprino, o lanigero, e também o suino em certos logares, representou o conselho, e depois também a junta, por officio n.º 156 de 17 de agosto ultimo, mas sem resultado, porque até hoje o sr. ministro não deu resposta para Coimbra, nem em Lisboa apresentou a esta camara alguma proposta no sentido em que lhe foi pedido, o que tudo é verdadeira negação de justiça, ou a velha rotina, não fazendo caso de resolver os negocios publicos.

Sobre as barcas de passagem, que pelo artigo

52.º n.º 4.º são dotações da junta, representou também o conselho por officio n.º 1, de 1 de maio de 1858, e depois a junta referida por officio n.º 146, de 12 de agosto de 1859. E em quanto o governo não ignore que ha controversias judicias entre a junta e as camaras municipais, oriundas dos proprios termos da lei de 29 de maio de 1843, todavia tem deixado continuar esses litigios, empecando a acção da junta, com quanto pela propria letra da lei, elle tenha de exercer certa auctorização, que nem depois de advertido trata de exercer.

Pelo que toca ao lançamento do imposto geral, e auctoridades que n'elle devem entender, sobre o que a junta representou em officio n.º 155 de 17 de agosto ultimo; quanto ás muitas usurpações da estrada da beira mar, illegal aforamento feito pela ex.ª m.ª parte do porto do arenal do Mondego, e também consentido pelo governo do paiz, de certo por não saber o publico prejuizo que n'isso havia, sobre que tudo se representou por officio n.º 168 de 12 de agosto; quanto aos estragos e roubos feitos pelas correntes na ponte Cidreira, com o que se impede o transitio publico; sobre o que se representou em officio n.º 145 do mesmo mez e dia, a tudo o sr. ministro fechou os ouvidos, não dando uma unica linha em resposta á junta administrativa.

Sómente respondeu sobre uma outra representação constante do officio n.º 67 de 9 de setembro; mas ainda que declare que o fez com audiencia e accordo do ajudante do procurador geral da coroa, desconheceu a lei da ordenação livro 2.º título 26.º, cujas disposições até se lhe indicaram, por fórma, que se era sua obrigação dar força aos seus subordinados lha devia dar, viu assim a difficuldade o complemento do Sirgadoiro, que tão necessario é á navegação do rio Mondego, momentaneamente do n.º, o que hoje se acha interrompido na parte respeitante á de que na representação se trata.

Em conclusão: o sr. ministro não faz caso de ajudar a acção dos corpos seus subordinados. Se se lhe representa, ou não responde, o que é regra geral, ou responde, o que é excepção, mas o faz em contradicção com a lei.

Admira tanto silencio, se não descuido, depois da reorganização das secretarias, porque devendo ser moldadas para occorrer a todos os serviços publicos, segundo nos faltarão, mas pelo que vê não é esse o intento, ou dilatarão a elle.

Ahi ficam os factos que expoz por obrigação propria, visto as evasivas de s. ex.ª á interpegação annunciada; e á vista d'elles o paiz julga como vêo muitas das nossas cousas publicas.

Era melhor não ter feito promulgar a lei de 12 de agosto se ella havia de ser nulla e letra morta para o publico, e só servir para sobrecarregar a fazenda com ordenados e gratificações.

Mas repete uma e muitas vezes, a causa principal está no governo, que, nem provocado, dá conta de si.

O sr. *Presidente*:—declara que toma nota do que o illustre deputado acaba de dizer.

O sr. *Custodio de Faria*:—manda para a mesa a renovação da iniciativa do projecto de lei n.º 38, do 1.º de abril de 1857, tendente a declarar que nas vendas dos foros e pensões da fazenda se comprehendem os direitos dominicaes, pertencentes á mesma no acto da venda.

O sr. *Peguito*:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Gomes de Castro*:—manda para a mesa um parecer da commissão de pautas.

O sr. *Garcez*:—manda para a mesa uma representação de duzentos e tantos habitantes de Trancoso, contra as medidas financeiras do governo.

O sr. *Pereira Brandão*:—manda para a mesa uma representação assignada pela camara e conselho municipal da villa de Estarreja, districto administrativo de Aveiro, em que pede lhe seja votada uma verba dos fundos applicados para as obras publicas do reino, a fim de construir dois pequenos lanços de estrada, um desde aquella villa até a Oliveira de Azeméis a entroncar na estrada real, que liga as duas capitales do reino. São taes os desejos d'aquelles corpos collectivos em levar a effeito aquelles uteis melhoramentos, que n'esta representação offerecem todos os transportes para os ateros e desateros, e trinta e seis jornaleiros diários, em quanto durarem aquellas obras na área do mesmo concelho, cujo auxilio e ajuda de custo se deve aproveitar.

É na verdade penoso que os povos d'aquello concelho, e dos concelhos de que se compõe aquelle districto, quando querem communicar com a capital do mesmo, ou transitar por aquellos caminhos, encontrem a cada passo um precipicio, ou um caudaloso regato, que lhes obsta á passagem com risco de vida.

Não fará mais considerações, porque muitos dos illustres deputados que se sentam n'esta casa, estão ao facto da necessidade e utilidade d'estes melhoramentos, e limita-se a mandar para a mesa a mesma representação, pedindo que seja remetida á commissão de obras publicas.

ORDEM DO DIA

O sr. *Presidente*:—na conformidade da resolução da camara, vai discutir-se em primeiro logar o parecer da commissão de fazenda sobre as alterações feitas na outra camara ao projecto que concede uma pensão á ex.ª m.ª sr.ª viúva duquesa da Terceira.

E o seguinte:

Senhores.—A vossa commissão de fazenda, tendo examinado as alterações feitas pela camara dos dignos pares ao projecto de lei para approvação da pensão concedida por decreto de 30 de abril proximo passado á duquesa, viúva do marechal duque da Terceira, as quaes alterações consistem em applicar á referida pensão os artigos 2.º e 3.º do decreto de 18 de outubro de 1836: attendendo á que conforme o preambulo d'esse decreto as pensões concedidas ás viúvas e orphãos dos que, pela causa da liberdade e do throno, padeceram martyrio, ou succumbiram na defeza e na conquista dos direitos da nação e da dynastia, não podem ser consideradas mercês ou graças, mas verdadeiro prego de sangue, e justa, posto que inadequada satisfação, do irreparavel perdas: attendendo a que os extraordinarios e relevantes serviços, e grandes sacrificios feitos pelo marechal duque da Terceira á causa da liberdade, do throno e da nação, não podem deixar de ser comprehendidos no espirito d'aquelle preambulo e decreto que sobre elle assentou;

E de parecer que as mencionadas alterações devem ser approvadas.

Sala da commissão, 4 de maio de 1860.—*Antonio José d'Avila*—*Joaquim Gonçalves Mamede*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Augusto Xavier Palmeirim*—*Carlos Cyrillo Machado*—*Thomás de Carvalho*—*Francisco José da Costa Lobo*—*Antonio Rodrigues Sampaio*.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*:—bem se pôde suppor quanto lhe é penoso tomar a palavra n'um objecto d'esta ordem; porém desempenha um dever de consciencia, tendo a consolação de acreditar que a idea de um só homem em nada prejudica esta questão.

É preciso reconhecer que nem todos podem ter igual intelligencia, nem podem conhecer até que ponto chegam os direitos das duas casas do parlamento. Esteja ou não em erro é uma opinião emitida por quem está acostumado a respeitar a opi-

nião de todos, e por isso pedia á camara que por complacencia respeitasse a d'elle, orador, admitindo as poucas reflexões que vae apresentar.

Se as attensões de familia, de parentesco e de boa sociedade fossem capazes de o fazer calar, de certo não seria digno de estar n'esta casa, nem de ter merecido a procuração que os povos lhe deram.

Desde tenra idade está acostumado a contrariar tudo isto, e a resistir a preoccupações de parentes e de amigos, seguindo o seu caminho, segundo os dictames da sua razão e da sua consciencia, não olhando nem para uma nem para outra parte, não tendo em vista senão o arbitrio supremo que o ha de julgar.

Tudo quanto os illustres deputados podessem dizer em favor de um grande homem, não podiam dizer mais do que sente o seu coração. A questão não diz respeito a esta pensão, que foi approvada por uma grande maioria, mas sim a uma alteração feita na outra casa do parlamento; e declara á face do paiz inteiro que essa alteração não honra a memoria do nobre duque (apoiados); a memoria do duque da Terceira, do homem mais cavalheiresco que tem tido Portugal, do cidadão amante das instituições liberas, que sacrificou tudo por ellas, que trouxe a esta casa o grande principio da igualdade perante a lei, a memoria d'este homem illustre não é honrada fazendo-se uma excepção, que é um privilegio a favor da sua viúva, que é uma senhora de grandes virtudes, de tanto merito que não ha ninguém que a possa exceder, e sente não ter a capacidade necessaria para lhe fazer os elogios que lhe descejava fazer n'esta occasião.

Não pôde conformar-se com esta alteração, porque como disse, reputa-a como um privilegio, e os privilegios foram abolidos pela carta, e no systema representativo os privilegios são a parte mais odiosa.

Se na secretaria da guerra existem duzentos trinta e cinco requerimentos de viúvas de officiaes, que, com justa razão, pedem uma pensão para terem o que quotidiano, entre esses duzentos trinta e cinco requerimentos não haverá muitas viúvas, muitos orphãos, fillos de homens benemeritos, que derramassem o seu sangue pela patria, e que morressem por ella (apoiados). É possível que estes duzentos trinta e cinco requerimentos sejam todos injustos? Não o acredita, porque o que tem visto é que os mais justos são os mais desprovidos de protecção (apoiados), porque n'esta terra quem não tem protecção, não consegue nada (apoiados).

Não pôde concordar, pois, com esta alteração, em quanto todos os empregados estão soffrendo grandes deducções, e sobre tudo quando se tiraram aos desgraçados egresos os seus patrimonios, prometendo-se-lhes uma prestação de 125000 réis mensaes, que depois foi reduzida a 65000 réis.

Não julga que a camara dos dignos pares tenha attribuição para fazer semelhante alteração, porque a carta diz, que é da privativa attribuição da camara dos deputados a iniciativa sobre tributos e recrutamento. Ora, o lançar tributos, não é só votar novos impostos, nem abolir os velhos, mas alterar os que existem para mais ou para menos. O levantar uma pensão para pagar direitos de mercê, sellos, emolumentos, e quaisquer outros impostos, não será defraudar a fazenda no que tem de receber? Assim o entende, como entende também, que a outra camara não tinha direito de fazer a alteração que se discute.

O sr. *Avila*:—tendo alguns srs. deputados pedido a palavra contra o parecer da commissão, esperava ouvi-los para depois lhes responder como relator do parecer que se discute; porém apressou-se a pedir a palavra desde já para sustentar o parecer da commissão, e tratar a questão no campo em que o orador precedente a collocou.

O governo reconhecendo, como todos, os relevantissimos serviços prestados pelo nobre duque da Terceira, apressou-se em vir á camara apresentar uma proposta para se conceder uma pensão á sua viúva, e essa pensão teria immediatamente sido votada por acclamação, se por ventura a carta se não oppozesse a que assim se praticasse; e por isso se determinou que fosse com urgencia remetida á commissão de fazenda, e esta immediatamente apresentou o seu parecer, que também considerado urgente foi approved sem discussão.

Confessa que estava persuadido de que o espirito da camara, quando votou a pensão á virtuosa duquesa da Terceira, foi na mente de que o projecto ja incluída a disposição que foi additada na camara dos dignos pares (apoiados); porque esta pensão não podia deixar de ser considerada como uma pensão excepcional, com o caracter das pensões de sangue (apoiados). Se por ventura na camara se tivesse proposto a dispensa do pagamento dos direitos de mercê, de sellos e de impostos, está persuadido de que a camara approvaria por grande maioria essa indicação (apoiados); como a approvára, embora venha proposta pela camara dos dignos pares, tanto mais que pela legislação em vigor as pensões de sangue são dispensadas do pagamento d'esses direitos, e sem enumerar os muitos serviços do illustre duque da Terceira, está persuadido de que qualquer dos serviços relevantes prestados pelo nobre duque dava direito á sua viúva para que se lhe concedesse o que se propõe pela camara dos dignos pares, e no que a commissão concordou (apoiados).

Não recorre ao sentimentalismo, porque reputa a causa tão clara e justa que lhe parece que a camara não poderá deixar de praticar um acto de justiça, prestando homenagem a serviços taes como os que praticou o nobre duque da Terceira, cujo nome estará sempre gravado no coração de todos (apoiados repetidos).

Em quanto á questão da incompetencia da camara dos dignos pares, allegada pelo sr. D. Rodrigo, ainda que concorde em parte com s. ex.ª, isto é, de que é necessario que este negocio se defina, mas por em quanto é objecto de divida.

É verdade que a carta diz que a iniciativa sobre impostos e recrutamento pertence á camara dos deputados, mas não diz que não pertence á camara dos dignos pares: no entanto, como disse, entende que é preciso que isto se defina por uma vez, mas só se pôde fazer pelos meios constitucionaes. Este objecto já aqui tem vindo por duas vezes, e sempre prevaleceu a opinião da camara dos dignos pares.

O sr. *Claudio José Nunes*:—vota contra as alterações que foram feitas ao projecto na outra camara por dois fundamentos. Primeiro, porque o artigo 35.º da carta no seu § 1.º declara terminantemente, que a iniciativa sobre materia de impostos pertence exclusivamente á camara dos deputados, não discriminando entre a imposição e revogação d'elles, pelo contrario comprehendendo estas duas especies, na clareza da sua redacção; e ninguém pôde negar que o favor que se pede agora é a revogação para este caso especial de leis de impostos, porque tende a desonerar de certos encargos a pensão aqui votada. Segundo, porque concedendo-se este favor, ou havemos de recusa-lo a outras viúvas, irmãs ou filhas de militares, que tenham feito grandes serviços ao seu paiz, e a quem se votem pensões, não para sustentar o fausto da vida, mas para matar a fome, o que seria injusto; ou li'o havemos de conceder também, o que seria prodigalidade.

Alem d'isto, não comprehende como o tributo á memoria dos homens que illustaram o seu paiz, seja medido tanto pelos sentimentos moraes da gratidão, como pela altura de montes de ouro: não comprehende que o nome do sr. duque da Terceira

tenha tanto logar nas paginas da historia portugueza, como no reverso de uma nota do banco.

Quanto a dizer-se, que approvando as alterações fugimos dos embarços que nos pôde trazer a nomeação de uma commissão mixta para harmonisar o voto de ambas as casas do parlamento, respondo, que em cumprir a lei sempre ha vantagem; e em fugir d'ella quasi sempre pôde haver inconveniente.

O sr. *Arribas*:—declara que não fez parte do exercito que combatem debaixo das ordens do illustre duque da Terceira; não é seu parente; não pertencia a sua opinião politica; nem apoiava a sua administração por ser deputado da opposição, e por isso ninguém poderá supor que nenhuma razão politica, ou qualquer outro motivo de coacção mova a manifestação da sua opinião, nas poucas palavras que tem a proferir. Mas é portuguez, e membro da familia liberal, e por tanto não pôde, a sangue frio, vir discutir com os precedentes, e com as leis escriptas um caso completamente excepcional e unico, porque unicos e exceptionaes foram os serviços do heroe ha pouco fallecido (apoiados).

Não entra na enumeração das virtudes e illustres feitos de tão grande heroe; porque, faze-lo era supor que algum dos membros da camara duvidasse d'elles; seria offender até a memoria do conquistador das liberdades patrias.

Não entra na justiça da concessão da pensão, nem na sua importancia. A camara tendo votado sem discussão escusa de novas explicações. A evidencia não precisa de demonstrações. Nem vê que nenhum dos illustres deputados, que tem impugnado o parecer, duvidasse da justiça da causa nem dos direitos da illustre viúva do nobre general que a patria acaba de perder.

Como o unico ponto da questão são as alterações vindas da camara dos dignos pares, será sobre elle unicamente que dirá duas palavras.

Sente muito não poder concordar com os argumentos do primeiro dos illustres deputados que têm fallado contra o parecer da commissão, porque sympathisa muito com o seu caracter, vista a convicção com que sempre dá o seu voto, mas d'esta vez não o pôde acompanhar.

Não acompanha o illustre deputado quando exclamou que esta excepção é uma desigualdade a favor da viúva do nobre duque, era uma offensa á sua memoria, porque feria o principio da igualdade perante a lei, pelo qual aquelle illustre general tanto pugnou. Quem ha aqui no caso d'aquello heroe? Quem foi o outro portuguez que fez mudar os destinos da sua patria? Qual foi a espada que, depois de salvar os heroes da ilha Terceira contra as proprias instruções que levava, e forçando um perigosissimo bloqueio, veio a final salvar o baluarte da liberdade prestes a succumbir, entrando triunphante na capital do reino á frente da mais arrojada empreza de que ha memoria nos tempos modernos? (apoiados) Essa famosa espada abrimos o caminho a nós todos para podermos agora estar aqui em paz a discutir sobre os direitos da sua illustre viúva, dando-lhe um excepcional testemunho de gratidão que lhe offeriam os poderes publicos a quem elle, e principalmente elle, deu existencia! (apoiados) Se outro existe que appareça, e terá direito a essa comparação perante a lei. Todos são iguaes perante a lei; e é por isso mesmo que, sem grave offensa d'esse sagrado principio, ninguém pôde achar pares ao lado dos serviços que á dynastia reinante e á causa da liberdade fez aquelle heroe! (apoiados) Se assim é, quem haverá que possa ter iguaes direitos á vista da lei! Mas é bem differente do que uma questão de impostos aquella de que se trata, porque as alterações feitas na camara dos pares se reduzem todas a considerar esta pensão como uma pensão de sangue, porque todas essas gosam dos chamados privilegios que tanto se querem encarecer no caso presente.

Uma pensão de sangue, dizem as leis, é o justo prego do sangue derramado e não uma graça. E o que será esta agora? Não será mais do que isso?... Não será o justo prego do sangue que se poupou de tantos milhares de cidadãos distintos que teria de correr nos cadafalsos, se a sua espada vencedora não chegasse a Lisboa! Não será o prego das liberdades patrias que elle conquistou (apoiados). Não é de certo, nem o pode ser, como disse um dos illustres deputados que impugnou o parecer, porque taes feitos nunca se poderão pagar (apoiados). E se é verdade, como disse o ultimo sr. deputado, que impugnou o parecer que não é com dinheiro que se pagam taes serviços, também não é combatendo o parecer que elles se celebrem!...

Se o sentimentalismo entrou alguma cousa no impulso que levou o governo a propor esta pensão, e a camara dos pares a propor as alterações, bem como levou a elle, orador, a proferir o que tem dito, esse sentimento é nobre e elevado, porque é o da gratidão e o do dever de quem presa tudo o que ha de mais nobre e de elevado nos serviços do heroe que a patria acaba de perder, e no caracter e soffrimentos da sua illustre viúva (apoiados). Confessa o seu estado de commoção, tratando tão elevado assumpto, que não deve levar-se de envolta com questões de competencia entre as duas camaras, que podem tratar-se em melhor occasião.

Concluiu declarando que nada mais acrescenta; apesar do muito que tinha a dizer, porque entende offender-se a memoria do heroe fallecido, discutindo muito esta divida de gratidão que a nação vae pagar, e que não sendo uma graça, não pôde tratar como uma pensão ordinaria.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*:—não fallou em notas, chegou ha pouco do tribunal da Boa Hora, e está enojadissimo de notas: o que pôde asseverar é que não ha um só homem na camara que não tenha desejo de fazer uma manifestação em favor da pessoa a quem se dá a pensão. Mas posto isto do parte, na verdade a alteração feita pela outra camara importa um privilegio, que offende a miseria publica. Ainda não viu provar que esta pensão, pelo modo como se vae conceder, não seja odiosa para todas as viúvas que têm requerimentos affectos ás secretarias d'estado, com muita justiça, que se lhe não faz. Uma vez que se quer considerar esta pensão como premio de sangue, porque não se têm considerado assim todas as outras concedidas por serviços militares relevantes?

Votou a pensão sem fazer reflexão nenhuma, e se maior tivesse sido apresentada, maior a teria votado cheio do mesmo entusiasmo: o que não vota é pelas excepções, porque são privilegios, e detesta todos os privilegios, tanto mais quanto até hoje ainda não viu privilegio nenhum que começasse a favor dos desgraçados, começa sempre a favor dos que se acham em posição elevada.

Em quanto aos dignos pares poderem alterar a lei votada n'esta camara, e nós termos de apprová-la, alteração por força para não prejudicarmos o andamento da causa publica, isto é um absurdo, é o mesmo que tornar a camara dos deputados uma chancellaria da outra camara, e é necessario por uma vez assentar n'um meio de harmonisar as resoluções das duas casas do parlamento, sem inconveniente para o andamento dos negocios.

O sr. *Rodrigues Sampaio*:—requer que a materia se julgue discutida.

Julga-se discutida, e approva-se o parecer por 66 votos contra 43.

Lê-se e approva-se sem discussão, e expede-se para a outra camara, a ultima redacção do projecto n.º 18, sobre o contrato do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora Beja.

O sr. *Presidente*:—devia agora passar-se á outra parte da ordem do dia, que é a discussão do projecto n.º 22, sobre a contribuição predial; mas como a hora está muito adiantada, vae entrar em discussão o projecto n.º 24.

E o seguinte:

Senhores.—A commissão de fazenda examinou o projecto de lei n.º 3, de 14 de novembro de 1859, que tinha por fim conceder á camara municipal do concelho de Moura o edificio do extincto convento de S. Francisco, extra-muros d'aquella villa, cuja iniciativa foi renovada, com modificações, pelo sr. deputado Pulido; e attendendo ao pequeno valor do mesmo edificio, á utilidade municipal a que é destinado, e bem assim ás informações favoraveis do governo, é de parecer que o requerimento da referida camara seja attendido pelo seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a conceder á camara municipal do concelho de Moura, para seu uso, o edificio do extincto convento de S. Francisco, extra-muros da mencionada villa.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala da commissão, 16 de abril de 1860.—*Antonio José d'Avila*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Thomás de Carvalho*—*Antonio Rodrigues Sampaio*—*Justino Antonio de Freitas*—*Joaquim Thomás Lobo d'Avila*—*Augusto Xavier Palmeirim*—*Temp voto do sr. Joaquim Gonçalves Mamede*.

É approved sem discussão.

Entra em discussão na sua generalidade o projecto n.º 33.

E o seguinte:

Senhores.—A commissão de administração publica foi presente a proposta de lei apresentada pelo governo, para habilitar a camara municipal de Braga a remover as difficuldades que ora se encontram na gerencia do municipio, e melhorar a estrada para o Santuario do Bom Jesus do Monte.

E attendendo a commissão a que todas as quantias applicadas pela camara foram consumidas em despesas legaes e obrigatorias por motivos desculpaveis, e que a indemnisação proposta restitue á devida applicação as sommas distrahidas; e attendendo outrossim a que o imposto de transitio pela estrada dos carros na cidade está applicado ao pagamento de despesas autorizadas por leis, e que seria muito difficil supprir; e finalmente que a estrada de Braga ao Santuario do Bom Jesus do Monte pelo novo traçado é inconveniente; por todos estes motivos e outros mais extensamente desenvolvidos no relatório da proposta apresentada, é a commissão de parecer que a mesma proposta seja approvada e para isso convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É relevada a camara municipal do Braga da responsabilidade que contrahiu por haver nos biennios de 1854 a 1857 applicado ao pagamento do juro e amortisação do capital de 10:400:000 réis, levantado por conta do emprestimo autorisado pela lei de 7 de agosto de 1854, a quantia de 1:720:756 réis do mesmo capital, desviando-a do seu destino legal.

Art. 2.º É relevada a mesma camara de igual responsabilidade por ter applicado ás despesas ordinarias do municipio 2:324:626 réis do fundo destinado para o acabamento dos pagos do concelho, 786:5820 réis do fundo votado para o cemiterio publico, 2:660:049 réis do emprestimo autorisado pela lei de 7 de agosto de 1854, 384:825 réis da bibliotheca publica, 267:000 réis do fundo do novo deposito das aguas, 104:827 réis do emprestimo autorisado pela lei de 23 de agosto de 1853, e finalmente 135:5245 réis, saldos dos orçamentos supplementares atrasados.

Art. 3.º Estas quantias serão restituídas aos cofres especiaes a que pertenciam, incluindo-se no orçamento municipal do corrente anno e no dos seguintes, se preciso for, a receita necessaria para o seu pagamento.

Art. 4.º A contribuição municipal de 5 réis em arratel de carne, creada pela lei de 22 de agosto de 1853, e prorrogada pelas de 7 de agosto de 1854 e 17 de julho de 1857, será no corrente anno economico e no seguinte applicada ao pagamento d'aquellas dividas em tanto quanto baste para a sua amortisação; e concluida esta reverterá para a sua primitiva applicação.

§ unico. Os vereadores que empregarem o rendimento proveniente do referido imposto em outras despesas, ainda legaes, que não sejam as designadas neste artigo, incorrerão na pena estabelecida no artigo 54.º da lei de 26 de agosto de 1848.

Art. 5.º É igualmente relevada a camara municipal de Braga da responsabilidade em que incorreu pelo lançamento e cobrança da contribuição de 10 e 20 réis, ultimamente elevada a 30 réis, imposta a cada um carro do concelho ou de fora d'elle que entrar na cidade.

§ unico. O lançamento e cobrança de similhante contribuição são autorisados d'ora em diante.

Art. 6.º O melhoramento da estrada de Braga ao Senhor Jesus do Monte será levado a effeito nos termos prescritos pela carta de lei de 9 de maio de 1855, ficando assim revogado o § 5.º do artigo 4.º da lei de 17 de julho de 1857, que fixava uma nova directriz á mesma estrada.

Art. 7.º São declaradas de utilidade publica as expropriações necessarias para o alinhamento e alargamento da estrada e rias desde o largo da Senhora Branca até ao sitio denominado=Obeliscos do Bom Jesus do Monte=.

Art. 8.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da commissão, em 23 de abril de 1860.—*Alberto Antonio de Moraes Carvalho*—*D. Rodrigo José de Menezes*—*Custodio Rebelo de Carvalho*—*Custodio de Faria Pereira da Cruz*—*Barão das Lages*—*Jodo Rodrigues da Cunha Araújo Mascarenhas*—*Antonio Maria de Couto Monteiro*—*Antonio Rodrigues Sampaio*.

O sr. *Mello Soares*:—observa que o projecto nos termos em que está não pôde ser approved. Não quer que continuem as difficuldades em que a camara municipal de Braga se tem encontrado, e votará todos os impostos que forem precisos para aquella camara sair d'essa difficuldade e continuar a gerir os negocios do municipio; mas parece-lhe que o meio proposto não é o mais conveniente, convencido como está, de que a camara dos deputados não é a autoridade competente para dar um *bill de indemnidade* á camara municipal; e por isso julga mais regular conceder uma auctorisação ao governo para que examine o estado em que está esta camara, e decidir sobre a gerencia d'ella, como entender conveniente. Portanto não approva o projecto em quanto a sua fórma.

O sr. *Custodio de Faria*:—entende que este projecto não carecia de discussão e que podia votar-se logo depois da sua leitura; por quanto o relatório apresentado pelo sr. ministro do reino, evitava a discussão pelo modo como expõem o que se tem passado a este respeito; e previne

E finalmente declara, que com quanto seja presidente da camara municipal de Braga, não praticou nenhum dos actos referidos no relatório que acompanha o projecto, e sobre os quaes recabou a concessão pedida, porque é presidente da dita camara somente desde 2 de janeiro de 1860 em diante.

O sr. *Ferreira*—sustenta que se deve manter cada um dos poderes do estado dentro dos limites das suas attribuições, e parece-lhe que não é ao poder legislativo que compete relevar a camara municipal de Braga das irregularidades que praticou, porque estas irregularidades podiam ter chegado até ao ponto de serem consideradas crimes, e só ao poder moderador compete perdoar os delictos, ou comutar as penas correspondentes. Se os factos allegados tem somente a classificação de irregularidades na applicação de fundos, o conhecimento d'essa applicação pertence aos tribunales administrativos, e segundo as considerações que apresenta, entende que a camara não pôde approvar os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º.

O sr. *Nogueira Soares*—entende que o projecto pôde ser adoptado não só em quanto á forma, mas em quanto á doutrina, pois que o acha em harmonia com os verdadeiros principios. Se a camara dos deputados pôde, segundo disse o sr. Mello Soares, autorisar o governo a relevar a camara municipal pelas faltas que commetter, tambem o pôde fazer directamente relevando essas faltas.

Não havendo nos tribunales administrativos meios para relevar as faltas da camara municipal quando foi obrigada a applicar para outras despesas sommas que tinham uma outra applicação, não o podendo o governo fazer igualmente, é claro que só o corpo legislativo, a quem pertence fazer, revogar, alterar e suspender as leis, é que compete dispensar a lei e relevar a camara municipal das faltas committidas, dispensando a lei existente, para que a gerencia da camara, no tribunal competente, possa ser abonada, porque do contrario, se as contas da gerencia da camara municipal fossem presentes no tribunal de contas sem que tivesse lei alguma especial a respeito d'essa mesma gerencia, o tribunal não podia abonar essa mesma gerencia, e havia de mandar repôr pelos vereadores as quantias que tinham applicado para despesas diversas d'aquellas que por lei estavam applicadas. E exactamente para legalisar o que a camara municipal fez que o projecto veio á camara dos srs. deputados, e que esta, pelos motivos que se tem dado, o deve approvar.

A requerimento do sr. Santos Lessa, é a materia julgada discutida.

O projecto é approved na sua generalidade.

O sr. *Nogueira Soares*—requer que se passe á discussão da especialidade, e que se prorogue a sessão até se votarem os artigos do projecto.

Assim se approva.

Entra em discussão o artigo 1.º

O sr. *Mello Soares*—impugna o artigo em quanto á forma, e acha mais regular que se autorise o tribunal de contas para legalisar as contas da camara municipal de Braga, ficando d'este modo relevada das faltas que praticou, e salva da responsabilidade em que incorreu.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—não tendo a camara municipal de Braga andado regularmente, mas reconhecendo o governo que fôra a isso levada por força de circumstancias, e não podendo o mesmo governo releva-la do procedimento que teve, viu-se este na necessidade de apresentar á camara dos srs. deputados o projecto que se discute, fundado na disposição do § 6.º do artigo 15.º da carta constitucional, que diz «que tambem é da prerogativa do corpo legislativo suspender as leis».

Portanto não se fazendo pelo projecto mais do que que suspender os effectos de uma lei, e mais nada, a fim de não ter logar um certo processo relativo á maneira de legalisar a gerencia da camara municipal, e tirar de cima dos vereadores d'aquella corporação uma responsabilidade proveniente de um procedimento que não foi filho de vontade propria, nem de omissão, mas da força de circumstancias; por consequencia parece-lhe que o projecto tem justificação em quanto á forma e em quanto aos motivos que levaram o governo a propo-lo, e o artigo 1.º no caso de ser approved pela camara.

A requerimento do sr. José Estevo julga-se discutida a materia do artigo 1.º

Posto a votos este artigo, é approved.

Passa-se ao artigo 2.º

O sr. *Ferreira*—impugna este artigo, porque envolve uma disposição com effecto retroactivo.

O sr. *Custodio de Faria*—sustenta a necessidade d'este artigo ser approved, e para o justificar basta ler o mesmo artigo.

Não havendo numero na casa

O sr. *Presidente*—declara que este projecto n.º 33, continua em discussão na primeira parte da ordem do dia de amanhã, e depois o projecto n.º 22, sobre a contribuição predial, e levanta a sessão.—*Eram quatro horas e meia da tarde.*

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 8 de maio á chamada meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Moraes Carvalho, Lacerda (Antonio), Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Arribas, Pequeto, Pinheiro Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Santos Lessa, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Aristides, Sousa Azevedo, Palmeirim, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abranches, Ferrer, Cyrillo Machado, Custodio de Faria, Custodio Rebello, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Mousinho, Philippe Brandão, Frederico de Mello, Bivar, Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavicho, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Gaspar Pereira, Pereira de Carvalho, Hermenegildo Blanco, Jacinto de Andrade, Gomes de Castro, Gamba, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Mamede, Coelho de Carvalho, Neutel, Faria Guimarães, Infante Pessanha, José Dias Ferreira, Encarnação Coelho, José Estevo, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chrispiniano, D. José de Alarcão, Frazão, Rojão, Silveira Menezes, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Albano de Andrade, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares (Luiz), Teixeira Sampaio, Afonso, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Marianno Feio, Monteiro Castello Branco, Placido, Menezes Pitta, Moraes Soares, Nogueira Soares, Thiago Horta, e visconde de Pindella.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto—Já n'esta folha nos referimos aos generosos offerecimentos que alguns membros do conselho filial de beneficencia d'esta cidade fizeram para se erigir na mesma um asylo de mendicidade; da remos agora o extracto da sessão de 4 do corrente do mencionado conselho de beneficencia, em que se tratou d'este offerecimento, dos donativos offerecidos pelos outros membros do conselho, e do assumpto em geral, que é de summo interesse, como todos aquellos que dizem respeito á diminuição ou atenuamento do pauperismo. Eis o extracto a que nos referimos:

«Estando presentes todos os vogaes do conselho,

tomou a presidencia o ex.º secretario geral, servindo de governador civil.

«Depois de se dar conta do expediente, foi apresentada pelo sr. Leite Guimarães a seguinte proposta:—Guilherme Augusto Machado Pereira, José Joaquim Leite Guimarães e Simão Duarte de Oliveira, encarregam-se de promptificar á sua custo o edificio do asylo de mendicidade para receber em boas condicções trezentos asylos, no caso porém que, como esperam, os mais srs. da commissão administrativa se compromettam a fornecer as roupas precisas para os mesmos asylos, e os demais membros do conselho prestem o sustento necessario para os asylos pelo tempo de tres mezes.

«Esta proposta foi recebida com muita satisfação pelo conselho, propondo o sr. visconde de Lagoaça um voto de louvor aos signatarios d'ella pelo louvavel zelo e caritativa devoção com que se dedicam a este estabelecimento, pedindo que fosse consignado n'esta acta, o que foi unanimemente approved.

«Depois de uma prolongada discussão a respeito d'esta proposta, resolveu o conselho subscrever desde já com uma quantia annual, ficando a realisacão d'ella dependente da circumstancia dos donativos solicitados dos habitantes da cidade; e dos dois conselhos que formam o districto do asylo, produzirem annualmente 6.000\$000 réis.

«Promovida a subscricção, com a condição acima indicada, assignaram os vogaes do conselho o seguinte:

José Joaquim Leite Guimarães 100\$000
Visconde de Lagoaça 50\$000
Guilherme Augusto Machado Pereira... 50\$000
Manuel José de Sousa Araújo 30\$000
Antonio José Monteiro Guimarães 30\$000
Domingos Manuel Barbosa Brandão... 30\$000
Visconde da Penna 30\$000
Francisco Gonçalves de Aguiar 30\$000
Antonio Augusto Soares Sousa Cirne... 14\$400
Visconde da Trindade 30\$000
Antonio Martins dos Santos 30\$000
Simão Duarte de Oliveira 30\$000
Alexandre Soares Pinto de Andrade... 14\$400

Guimarães—As povoações, que uma vez receberam o baptismo da imprensa, difficilmente renegam do credo em que juraram. A nobre cidade, berço da monarchia, tem visto succumbir algumas das folhas que do seu seio hão surgido, mas das proprias cinzas de umas parece que renascem mais vigorosas outras. Ainda ha poucos dias succumbia o *Vimaranense*, já hoje resurge o *Conciliador*, folha votada completamente aos interesses da patria, e esquecida de odios partidarios, para só tratar dos altos interesses que vem representar na grande familia da imprensa portugueza.

O *Conciliador* promette não só advogar os melhoramentos da sua localidade, do seu concelho, como os das povoações de Fafe e Basto, que declara reconhecer como irmãos.

Muito estimamos que longos dias conte de existencia o novo jornal da antiga Guimarães.

O novo jornal de que tratamos dá no seu primeiro numero a seguinte importante noticia:

«A nossa ill.ª camara trata de melhorar o mais que possa as estradas que vão d'esta cidade para as Caldas de Vizella e Taipas. Hoje foi examinar a estrada das Caldas de Vizella, a qual do logar da Magdalena por diante tenta alargar e endireitar em algumas partes. É uma boa obra, porque aberta a estrada de Villa Nova as familias do Porto que quizerem vir a banhos poderão vir em diligencia a esta cidade, e ir em diligencia daqui para as Caldas.»

Vianna do Castello.—No *Vimariense* lêem-se as seguintes noticias agricolas, com relação a este districto:

«As searas de trigo, centeio, cevada e aveia vão apresentando um aspecto satisfactorio, em resultado da benignidade da estação, e das poucas chuvas que têm caído. A sementeira de milho va seguindo com grande actividade, e os das terras secas vão nascendo já. As vinhas trazem bastante amostra de fructo, e por ora acham-se em bom estado de vegetação. As batatas estão em parte já nascidas, e com bastante desenvolvimento. Está-se concluindo a sementeira de linho gallego.

«As arvores de fructo, de pevide e carogo, estão bastante frondosas, algumas com bastante amostra; outras porém apresentam falta de fructo, apesar do seu bom estado de vegetação. Em geral o estado de fructificação agricola é bom; sendo aliás muitos os recios da invasão do *oidium*.»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 5 do corrente, e de Paris até 3.

Estas folhas publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Marselha, 3 de maio.—As ultimas noticias de Constantinopla alcançam até 25 de abril proximo passado. Terminaram os festejos e começaram de novo os negocios. O grão-visir Ruchdi-Pachá ia ser substituido por Aali-Pachá.

A França e a Inglaterra apresentaram uma nota reclamando 3.000\$000 de francos como indemnização dos ultimos acontecimentos de Jeddah.

O duque de Brabant foi condecorado com as insignias da ordem de Medjidieh.

Em Messina e Palermo têm-se feito muitas prisões. A fortaleza e as prisões estão cheias de individuos capturados n'estes ultimos dias. Muitos d'elles vão ser deportados. Circulam boatos contradictorios relativamente á captura de um general napolitano feita pelos revoltosos. Alguns piemontezes desembarcaram na Sicilia, instigando os revoltosos para que persistam na rebelião.

Londres, 3.—O *Morning-Post* publica um despacho telegraphico do seu correspondente de Paris, com a noticia de que os francezes evacuarão Roma no proximo mez de junho.

Maguncia, 3.—Diz o *Jornal de Maguncia* que o commando em chefe de todas as forças austriacas da Italia foi confiado ao principe Alexandre Hesse.

Paris, 3.—Continua a publicação de notas diplomaticas relativas á Suissa.

Os jornaes ministeriaes suppõem que Garibaldi não se atreverá a invadir a Sicilia, a não ser que o governo francez consinta n'isso.

Londres, 5.—Lord John Russell annunciou na camara que, a solicitação de Naples, pediu ao Piemonte que se opponha á expedição de Garibaldi.

Paris, 5.—É inexacta a noticia de que se suspendesse a expedição á China, antes de chegar lord Elgin.

Os ultimos despachos de Genova confirmam a agitação da Sicilia. FRANÇA

O *Moniteur* de 2 do corrente promulga a lei que reduz a 100.000 homens o contingente de 1859.

No mesmo numero o jornal official francez publica uma extensa nota dirigida, em 7 de abril proximo passado, pelo governo francez ás potencias que assignaram os tratados de Vienna.

M. Thouvenel trata de demonstrar, n'esse documento, que o tratado de 1564, allegado pela Suissa, deixou ha muito tempo de vigorar e não tem relação alguma com a situação actual; que a neutralidade de Fancigny e de Chablais foi estabelecida em 1815, não a pedido da Suissa, nem por interesse seu, mas a pedido e para interesse do Piemonte, e em troca de certas concessões feitas pelo rei da Sar-

denha á Suissa; que, finalmente, a neutralidade da Suissa, cujas fronteiras são por toda a parte accessiveis á França, por forma alguma se baseia na neutralidade de Fancigny e de Chablais, mas no respeito que geralmente se observa pelos compromissos internacionais.

Tal é em resumo o sentido da nota de M. Thouvenel, que, segundo diz o *Moniteur*, foi seguida de uma outra igualmente relativa á neutralisação de uma parte da Saboya.

Daremos, em occasião opportuna, a traducção literal d'estes dois importantes documentos.

ROMA

Consta, por via fidedigna, diz a *Imprensa*, de Vienna, que as tropas modenezas, que se conservaram fieis ao seu principe, vão entrar para o serviço do papa, mas sem se misturarem com as outras tropas, e continuando a formar corpos especiaes. O duque de Modena conservará apenas os soldados necessarios para sua segurança pessoal.

AUSTRIA

A *Gazeta de Vienna* publica no seu numero de 28 de abril ultimo o tratado assignado entre a Austria e a Prussia, de uma parte, e a Russia da outra, acerca das relações telegraphicas entre os tres estados e os seus respectivos subditos. A troca das ratificações teve logar em S. Petersburgo no dia 26 de março proximo passado. O tratado foi concluido em Berlin a 23 de janeiro, e em Vienna a 30 do mesmo mez. É applicavel a toda a confederação germanica.

INGLATERRA

Eis em que termos lord Woodhouse se expressou na sua resposta á interpeellação de lord Clarendon, relativamente á proxima conferencia: «A conferencia que foi proposta, a fim de serem discutidas em commun as questões relativas á Saboya, não está ainda resolvida; e não se decidiu se essa

conferencia deve reunir-se, e ainda menos em que local e epocha deve ter logar essa reunião.»

—Na camara dos communs continua a discussão do *bill* de reforma. O debate tem tomado um caracter pouco favoravel ao projecto de lei do ministerio. «Dos quarenta discursos pronunciados até hoje n'esta discussão, disse Mr. Mills, vinte e nove são contrarios ao *bill*, doze não são a favor nem contra, e apenas dois são a favor.» Todavia a camara parece estar pouco disposta a rejeitar pura e simplesmente o *bill*, levando assim ao poder um novo ministerio que se veja na necessidade de fazer um novo *bill*. Pretende-se apenas modificar o projecto actual, ficando d'esta maneira sanada a questão. (La Presse.)

NOTÍCIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSTITUTO D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 756,87	17,3	71,5	SSO.
3 t. 755,58	17,4	71,6	OSO.

DIA 7.

Maxima—temperatura..... 19,5 C.
Minima..... 12,8 »
Ozone (de noite)..... 7,5
Ozone (de dia)..... 5,0
Chuva (adometro)..... 0,0MI.
Evaporação (vapormetro)..... 4,8 »
Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

NOTÍCIAS COMMERCIAES

Mapa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 2 de maio

DESTINO	BOES	VACAS	TOTAL	VITELLAS			GANHEIROS	FICARAM EXISTINDO						GANHEIROS	CAPRÕES
				BOES	VACAS	TOTAL		REZES			VITELLAS				
								BOES	VACAS	TOTAL	BOES	VACAS	TOTAL		
Existiam.....	46	1	47	—	17	17	49	32	—	32	—	16	16	8	2
Entraram.....	295	42	337	28	16	44	363	—	—	—	—	—	—	—	4
Mortos.....	309	43	352	28	17	45	401	—	—	—	—	—	—	—	6
Reprovados.....	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—

N. B. Fizeram-se desbastaamentos em duas costellas, e uma limpeza em uma farsura, em parte. Foi a enterrar uma unha. Houve uma vez em observação.

Casa da administração, em 2 de maio de 1860.—O fiscal, Manuel Antonio de Pina.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 8 de maio de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Amazon, paquete inglez a vapor, capitão A. Leggett, de Londres em 5 dias, com ferro, fazendas e mais generos, a F. P. Bastos; 24 pessoas de tripulação e 7 passageiros.—Entrou hontem ás nove horas da noite.

Senhora da Piedade, cabique portuguez, mestre B. L. da Rosa, de Villa Nova de Portimão em 2 dias e meio, com vinho, cepa e obra de palma; 10 pessoas de tripulação e 17 passageiros, que são: Luiz Lourenço, Ignacio Franco, José Antonio, Manuel da Luz, Manuel Paulino, Antonio Manuel, Manuel Antonio, Antonio Felix, Ignacio das Dóres, J. Vieira, José Paciano, Joaquim Ricardo, Casimiro José, José Francisco Pinto, José Rita, José Joaquim dos Reis, maritimos; Libanio José, sem emprego; portuguezes.

S. José, bateira, mestre C. Mathias, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, com cepa e arroz; 6 pessoas de tripulação.

Tres Amigos, palhabor portuguez, capitão A. B. Cabral, da ilha das Flores em 12 dias, e de S. Jorge em 10, com trigo e encomendas, a Serzedello & C.; 8 pessoas de tripulação, 2 malvas e 1 passageiro, que é Jeronymo da Silva Avila, proprietario, portuguez.

Oliveira, canoa portugueza, mestre M. Homem, de Setubal em 2 dias, com azeite, arroz, e encomendas; 3 pessoas de tripulação.

Novo Tentador, barca portugueza, capitão J. H. da Cruz, do Rio de Janeiro em 43 dias, em lastro, a Charnica & Gonçalves; 22 pessoas de tripulação, 2 malvas, e 74 passageiros, cujos nomes se mencionam amanhã.

Diligente do Minho, hiate portuguez, mestre A. J. Rodrigues, de Caminha em 5 dias, com milho; 6 pessoas de tripulação, e 22 passageiros, cujos nomes amanhã se mencionarão.

Portugal, paquete portuguez a vapor, capitão H. A. Brion, para Milford Haven, com tabaco e piassaba; 102 pessoas de tripulação, e 30 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 8 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 8 de maio—3 por cento consolidado a 48,60—3 dito differido a 38,55 e 38,60.

Bolsa de Paris, em 8 de maio—3 por cento francez a 70,90—4 1/2 dito a 96,15.

Bolsa de Londres, em 8 de maio—Consolidados de 95 1/8 a 95 1/4.

AVISOS

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

De ordem do ex.º presidente da mesa da assembleia geral se annuncia que foram eleitos para servirem os cargos da junta administrativa, que deve funcionar no presente anno, os seguintes socios:

O ex.º sr. conselheiro João da Costa Carvalho.

VOGAES

Os ill.ºs srs. Frederico Carlos Rosa, Antonio Augusto de Oliveira, José Joaquim dos Prazeres Batalhoz, Carlos Gallis, Marianno Ghira, Antonio Xavier de Brito.

THESOUREIRO

O ill.º sr. Carlos Correia de Almeida.

ESCRIVÃO

O ill.º sr. Antonio Pereira Rangel.

VIC-THESOUREIRO

O ill.º sr. Bento Alves da Silva.

VIC-ESCRIVÃO

O ill.º sr. Pedro Affonso de Figueiredo.

E por esta forma se dá por nullo o aviso que a similhante respeito se fez no *Diario* n.º 54, de 7 de março ultimo.

Sala das sessões, 5 de maio de 1860.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

É convocada a assembleia geral a reunir quarta-feira, 9 do corrente, pelas oito horas da noite, nas salas do centro promotor. Ordem da noite: 1.ª parte, discussão de uma proposta do associado Lobo, para que a associação, depois de estudar os meios de se realizar com maior proveito a instrucção n'este paiz, apresente n'este sentido um projecto de reforma ao conselho geral de instrucção publica; 2.ª parte, discussão de uma proposta do mesmo associado, para que a associação represente igualmente ao conselho sobre a necessidade de se estabelecer uma aula especial de grammatica junto aos lycens do reino.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta-feira 10 do corrente, pelas oito horas e meia da tarde. Ordem do dia—segundas leituras, e continuação da discussão da proposta sobre pautas, e do projecto do regimento interno.—O secretario, José Antonio Dias.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 12 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se tratar de um requerimento, em que um socio pede se lhe conceda um auxilio pecuniario para poder ir gosar dos ares da Madeira; e de outro da vida de um socio, em que pede se lhe mande pagar a despeza que fez com o funeral de seu marido.

Lisboa e sala da associação, aos 3 de maio de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

MONTE PIO GERAL

O ex.º conselheiro presidente da assembleia geral convoca a mesma a reunir-se na proxima quarta-feira 9 do corrente, pelas sete horas e meia da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos, e outros objectos pendentes.

Sala das sessões, 4 de maio de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

MONTE PIO PHILARMONICO

O presidente da assembleia geral faz constar a todos os socios, que pelo artigo 12.º dos estatutos têm voto na mesma assembleia, que na conformidade do § 1.º do artigo 36.º dos mesmos estatutos, se ha de reunir a dita assembleia no dia 10 do corrente, na sala das suas sessões, pelas tres horas da tarde.

Sala das sessões, 3 de maio de 1860.—O 2.º secretario, Luiz Gonzaga de Sousa Andrade Ferreira.

ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA LISBONENSE

De ordem do sr. presidente da assembleia geral é convocada a mesma para se reunir no dia 13 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, rua do Ferregal de Cima.

A mesa espera que os socios da associação typographica compareçam a esta sessão, attendendo não só ao fim para que ella tem logar, como tambem ao grande transtorno que causa a alguns socios que se reúnem, sem que todavia haja numero para a assembleia poder funcionar.

Sala das sessões, 8 de maio de 1860.—O secretario, Francisco de Sousa Pereira.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

AS CINCO RARAS NOVELLAS

Saiu á luz a Collecção das cinco rarissimas Novellas, em cada uma das quaes não é admittida certa letra vogal, sendo pois vedada na primeira o A, na segunda o E, na terceira o I, na quarta o O, e na quinta o U, por J. J. Bordin. Estas cinco novellas tem por titulo: 1.ª—A quanto se expõe quem ama; 2.ª—O triumpho da virtude; 3.ª—Os assaltos da desventura; 4.ª—A credulidade femil; 5.ª—Os effectos da impaciencia. É um elegante volume, que se vende por 480 réis na loja de Bordin, rua Augusta n.º 20 e 22.

ANNUNCIOS

1. D. MARIA JOSÉ FERNANDES e Sebastião Antonio da Purificação Fernandes participam a todos os seus amigos, que tendo D. Maria José servido levar da vida presente a seu filho e irmão, socio, Raphael Sebastião Fernandes, ter logar o seu enterro hoje, 9 do corrente, pelas 5 horas da tarde, no cemiterio do Alto de S. João.

2. BIOGRAPHIA DO DUQUE DA TERCEIRA: vende-se com o seu retrato, primeiramente lithographado, na travessa da Queimada, n.º 21: preço 300 réis.

3. D